

21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 25 DE SETEMBRO DE 2014.

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de 2014 às oito horas, na Secretaria de Ação Social teve início a vigésima primeira Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social sob a presidência do presidente e representante titular do Poder Público representando o Fundo Social de Solidariedade do município, Senhor Márcio Henrique Silva Nalini. Estiveram presentes na reunião quinze (15) conselheiros sendo seis (6) do poder público e nove (9) da sociedade civil, com os seguintes **Conselheiros titulares**: Dalva Deodato Taveira, Cristiane Barcaroli, Márcio Henrique Silva Nalini, José Fernando Siqueira da Silva, Leonel Aylon Cantano, Elisa Francisconi, Clóves Plácido Barbosa, Ernestina Maria de Assunção Cintra, Denizar Hermógenes da Paixão, Josiane Aparecida Antunes de Campos. **Conselheiros suplentes**: Rosângela Aparecida de Paula, José Carlos Gomes. **Conselheiros na titularidade**: Adriana da Silva Bazon Porfírio, Raquel Costa Cândido Santiago, Aparecida das Dores Oliveira Schmidt Capela. **Com a seguinte pauta:**

Assuntos: Deliberação do CMAS - **Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira Federal -2013; Censo SUAS 2014** – Questionário do Conselho e apresentação do cronograma de realização e inserção de dados no sistema - 06 de outubro a 28 de novembro; **Indicação de conselheiros** para compor as comissões de análise de seleção de Planos de Trabalho – **1) Serviço de Acolhimento Institucional para mulheres vítimas de violência - 2) Serviço de Acolhimento Institucional Crianças e Adolescentes em Casas Lares; Comissão de Audiência Pública:** Devolutiva sobre reunião com Entidades; **Indicação de 02 conselheiros** da Sociedade Civil para compor a Comissão de Acompanhamento do Processo de Sorteio das Unidades Habitacionais. **Informes: Ofício DRADS/Franca** - Oficina de Capacitação para Elaboração dos Planos Municipais de Assistência Social – PMASweb 2015 – dia 01 de Outubro; **Encontros da Rede** – Todos pelos Direitos – dia 10/10 às 10h30 – Sec. Ação Social; **LDO/2015** – disponível no site da Prefeitura no link contas públicas; **Edital Público de Chamamento para Seleção e Celebração de Convênio** - Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência; **Edital Público de Chamamento para Seleção e Celebração de Convênio** - Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes – modalidade Casas Lares; **Semana Municipal da Pessoa Idosa**– Programação encaminhada; **Informativo** em Comemoração ao Dia de Luta da Pessoa com Deficiência. O Presidente Márcio iniciou a reunião apresentando a justificativa de ausência da conselheira Selma. Após, o mesmo expôs a pauta do dia, aprovada com a inserção de dois informes, solicitados pelo conselheiro José Fernando. Em seguida, a Secretária Elisa realizou a leitura da ata da reunião do dia 25 de setembro, aprovada após duas correções apontadas pelas conselheiras Dalva e Tina. Na sequência, Márcio apresentou o primeiro assunto da pauta sobre o **Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira Federal-2013**. Participaram da reunião representando do Órgão Gestor, a Secretária de Ação Social, Gislaine de Almeida Liporoni Peres e Sandra Mara Fernandes Carvalho – Apoio Administrativo. A conselheira

38 representante da Secretaria de Ação Social, Sra. Dalva esclareceu que esse Demonstrativo refere-se
39 a prestação de contas dos recursos da União, do exercício de 2013 e a reprogramação de saldos para
40 2014. Em seguida Sandra iniciou a exposição dos quadros, apresentando os recursos repassados
41 para os serviços da Proteção Social Básica, Acessuas/Pronatec, Proteção Social Especial, IGD/PBF
42 e IGD/SUAS. Os quadros demonstraram o total de recursos recebidos, os rendimentos provenientes
43 da aplicação, os gastos realizados, bem como o saldo a ser reprogramado. A proposta de
44 reprogramação de saldos foi exposta da seguinte forma: na Proteção Social Básica - R\$ 191.416,13
45 (cento e noventa e um mil, quatrocentos e dezesseis reais e treze centavos) a ser utilizado para
46 custeio de material de consumo, compra de serviços de terceiros e capacitação; no
47 ACESSUAS/PRONATEC o valor de R\$ 420.038,24 (quatrocentos e vinte mil, trinta e oito reais e
48 vinte e quatro centavos) para ser gasto com material de consumo e outras despesas inerentes ao
49 referido Programa; na Proteção Social Especial o valor de R\$ 154.349,89 (cento e cinquenta e
50 quatro mil, trezentos e quarenta e nove reais e oitenta e nove centavos) para contratação de pessoal
51 e material de consumo; com relação aos recursos do IGD PBF e IGD SUAS no valor de R\$
52 77.933,71 (Setenta e sete mil, novecentos e trinta e três reais e setenta e um centavos), dos quais já
53 foi aplicado o valor de R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais) na aquisição de 01 veículo, e o
54 restante será utilizado em serviços de terceiros e material de consumo. Sandra explicou que parte
55 desse recurso do IGD que foi aplicado na compra do veículo, refere-se à reprogramação do ano de
56 2012, já deliberado pelo colegiado no ano passado. Após a apresentação a conselheira Dalva trouxe
57 alguns esclarecimentos acerca do montante de recursos do ACESSUAS/PRONATEC que deverá
58 ser reprogramado. Explicou que o recurso é destinado às ações de articulação, mobilização,
59 encaminhamento e acompanhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade para ações de
60 inclusão produtiva, podendo ser utilizado apenas em despesas de custeio específicas do próprio
61 Programa, ou seja, com material de escritório, combustível, lanches, locação de imóvel, pagamento
62 da equipe do ACESSUAS e outras. Disse que a Secretaria utilizou-se da infraestrutura que já tem,
63 como o motorista, o carro, o combustível, o espaço para a equipe, ou seja, grande parte das
64 despesas foi executada com recursos próprios. A ADEFI auxiliou no transporte das pessoas com
65 deficiência. A conselheira salientou ainda que para esse exercício a Secretaria passará a utilizar
66 parte do recurso do ACESSUAS também em despesas de materiais de escritório, mas não descartou
67 a possibilidade de ocorrer devolução de recursos, caso o programa seja extinto. Lembrou ainda que
68 o MDS não está repassando os recursos federais desde o mês de abril, e esse atraso, também
69 dificulta a execução do recurso no exercício vigente. Márcio ressaltou que apesar de ocorrer
70 atrasos, os recursos Federais podem ser reprogramados para o ano seguinte, o que não ocorre com
71 os recursos Estaduais, que são devolvidos quando não chegam a tempo de ser executados. Durante
72 a explicação da Sra. Dalva os conselheiros Leonel e Cloves fizeram alguns questionamentos e
73 manifestações sobre o recurso a ser reprogramado, que foram esclarecidos pela mesma. A
74 conselheira Cida manifestou insatisfação quanto a restrição aos cursos serem executados somente

75 pelo sistema “S”, Senai e Senac, pois limita a oferta e nem sempre atende às exigências do
76 mercado, exemplificando a não disponibilização de cursos de informática e de línguas. Dalva
77 destacou que a contratação é feita pelo MEC que buscou garantir a qualidade, pois o Sistema “S” é
78 conhecido por possuir um nível de qualidade satisfatório nos cursos oferecidos. Afirmou que a
79 escolha destes cursos não é feita pela Secretaria de Ação Social, que apenas indica quais os
80 interesses da população, e a escola ofertante apresenta qual a sua capacidade, a área que desenvolve
81 e se tem a infraestrutura necessária. Explicou ainda que o programa é de âmbito nacional e as
82 negociações foram feitas entre o Ministério de Desenvolvimento Social, MEC e as escolas. Cida
83 questionou ainda sobre a meta de atendimento. Dalva esclareceu que a Secretaria de Ação Social
84 executou a meta total estipulada por meio dos cursos ofertados, porém havia demanda para uma
85 meta maior, mas não foi possível uma ampliação de vagas. Apontou alguns entraves ocorridos neste
86 ano no que se refere à expansão de vagas, informando que as escolas responsáveis pela execução
87 dos cursos, o SENAI e o SENAC, demonstraram resistência em executar cursos de curta duração,
88 até 120 horas, que é estabelecido como responsabilidade da Assistência Social. Em relação a
89 reprogramação de saldos da Proteção Social Especial, Dalva ressaltou que de acordo com
90 normativas do CNAS, há a possibilidade de utilização de até 60% dos recursos recebidos para
91 pagamento de pessoal. Disse que a Secretária Gislaine está negociando com a Administração
92 Municipal a implantação da segunda unidade do CREAS para este exercício de 2014 com a
93 utilização de 60% desses recursos reprogramados para pagamento da equipe de referência desta
94 unidade ou de outras que necessitem. Ressaltou que a Administração poderá acatar essa sugestão ou
95 não. Após esclarecimentos e manifestações dos conselheiros o colegiado aprovou o Demonstrativo
96 Sintético Anual da Execução Físico-Financeiro Federal -2013 e a Reprogramação dos Saldos para o
97 ano de 2014. Os quadros apresentados ficarão anexos a esta ata. Em seguida a conselheira Tina
98 solicitou esclarecimentos sobre o motivo da Entidade Espírita Beneficente Amor e Caridade e da
99 Associação dos Moradores do Jardim Ângela Rosa, com inscrições aprovadas recentemente por
100 este Conselho, ainda não terem iniciado a execução dos serviços. Salientou que o Conselho agilizou
101 o processo de análise e deliberação de inscrição dessas entidades atendendo a necessidade de
102 implantação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, conforme indicação
103 apresentada pela Secretaria de Ação Social. Falou ainda da importância de agilizar o processo
104 evitando assim possíveis reprogramações desses saldos. A Secretária Gislaine explicou sobre o
105 reordenamento e descentralização do SCFV e das dificuldades em encontrar parceiros para
106 execução desse serviço nos núcleos descentralizados indicados pelos CRAS. Falou que essas duas
107 entidades se dispuseram a executar esse serviço e as equipes de monitoramento e da Proteção
108 Social Básica iniciaram um trabalho de orientação junto a essas. Com a publicação da Lei Federal
109 nº 13.019, no mês de julho, a Administração Municipal determinou que a partir dessa data todas as
110 celebrações de convênios/acordos sejam feitos por chamamento público. Assim, o edital de
111 chamamento público está sendo elaborado. Dalva complementou afirmando que a inscrição no

112 Conselho é uma exigência, porém, não está atrelada ao recebimento de recursos financeiros por
113 parte do município. Salientou que essas entidades apresentaram um Plano de Ação que atendia
114 minimamente as exigências e a preocupação do Órgão Gestor refere-se em garantir a qualidade no
115 atendimento e que esse Plano apresentado seja realmente executado. Com relação a nova exigência
116 legal, disse que esse novo procedimento de celebração de acordos e convênios deverá ser realizado
117 também com todas as entidades que já integram a rede. O conselheiro Cloves manifestou que essa
118 Lei entrará em vigor apenas em Novembro e que ainda será regulamentada. A secretária Gislaine
119 disse que participou de uma capacitação com os Tribunais de Contas da União e do Estado sendo
120 esclarecido que as prestações de contas do ano de 2015 já serão analisadas conforme orientações da
121 nova legislação, portanto a Secretaria já deve se organizar nesse sentido. Tina sugeriu que a
122 Secretaria de Ação Social, poderia fazer essa avaliação se as entidades atendem ou não as
123 exigências do serviço, e somente depois encaminhar para a inscrição no CMAS e destacou a
124 necessidade do colegiado repensar o processo de inscrição nessa nova lógica, considerando que o
125 conselho não inscreve entidade para não executar serviços. O conselheiro José Fernando
126 manifestou-se afirmando que a assistência social sofre com a tirania dos mínimos sociais,
127 apontando que o CMAS deve buscar um parâmetro que garanta a qualidade na execução dos
128 serviços, alertando que assim os erros serão menores e conselho não irá aprovar entidades “à toque
129 de caixa”. Na sequência, o presidente Márcio exibiu o próximo assunto referente ao **Censo SUAS**
130 **2014**. A Secretária Executiva, Maria Amélia discorreu sobre o assunto referido e informou que já
131 foi encaminhado para os conselheiros o Questionário do Censo SUAS que deverá ser preenchido no
132 período de 06 de outubro a 28 de novembro. Salientou a importância de já iniciar os trabalhos de
133 preenchimento para evitar dificuldades devido aos possíveis congestionamentos do sistema.
134 Sugeriu a indicação de 2 ou 3 conselheiros para responder o questionário e ressaltou que o
135 Demonstrativo Sintético também exige o parecer do Conselho e preenchimento de outro
136 questionário e apontou que esses indicados poderiam assumir esses dois trabalhos. Assim, ficou
137 definido pelo colegiado a indicação dos conselheiros Márcio e Tina, juntamente com a secretária
138 executiva, como responsáveis pelo preenchimento dos referidos questionários, que posteriormente
139 serão submetidos à aprovação do colegiado. Dalva aproveitou a ocasião para reforçar as
140 dificuldades de acesso nos sistemas que o MDS disponibiliza para inserção de dados, que além dos
141 congestionamentos tem apresentado muitos erros. Solicitou agilidade às entidades no
142 preenchimento do Censo SUAS e a devolução ao Órgão Gestor para que este consiga também
143 cumprir os prazos. Passando ao próximo assunto, Márcio falou sobre a **Indicação de conselheiros**
144 para compor a comissão de análise de seleção de Planos de Trabalho para o Serviço de
145 Acolhimento Institucional para Mulheres Vitimas de Violência e para Serviço de Acolhimento
146 Institucional de Crianças e Adolescentes em Casas Lares. Após discussões, o colegiado indicou as
147 conselheiras Tina e Josiane para integrarem a comissão. O assunto seguinte referiu-se à **Indicação**
148 **de conselheiros para acompanhamento do Processo de Sorteio das Unidades Habitacionais**. A

149 Secretária Gislaine explicou que embora não seja uma exigência do Ministério das Cidades e da
150 Caixa Federal, a Administração considerou ser pertinente compor uma comissão com a participação
151 do CMAS, bem como de outros conselhos para garantir transparência no processo de sorteio.
152 Informou que este sorteio será realizado no dia 19 de outubro, porém a comissão deverá participar
153 de uma reunião no próximo dia 14. Representando o CMAS nesta comissão, ficou definida a
154 participação dos conselheiros Leonel e José Carlos. O último assunto sobre a **Comissão de**
155 **Audiência Pública**, Maria Amélia informou que no dia 24 de setembro foi realizada a Reunião
156 Preparatória com as entidades para apresentação da proposta. Trouxe a devolutiva para o colegiado,
157 na qual ficaram decididas as seguintes apresentações: 1) SCFV para crianças e adolescente –
158 CEPROL; 2) SCFV para idosos – Fundação Judas Iscariotes - CCI Nelson de Paula Silveira e CCI
159 Rodolfo Vilas Boas; 3) Serviço de Proteção Básica e Especial – ADEFI; 4) Serviço de Acolhimento
160 para Idosos – Fundação Judas Iscariotes – Lar de Ofélia; 5) Serviço de Acolhimento para Criança e
161 Adolescente – IJEPAM. A apresentação do Serviço para População em Situação de Rua será
162 definido posteriormente. Finalizados os assuntos da pauta, Márcio prosseguiu a reunião
163 apresentando o primeiro informe referente ao Ofício da DRADS sobre a Capacitação para
164 Elaboração dos Planos Municipais de Assistência Social – PMAS-WEB 2015, que será no dia 01 de
165 outubro das 13h à 17h, na Secretaria de Educação, na qual o presidente se fará presente. O próximo
166 informe referiu-se ao convite da APAE de São Paulo sobre o Encontro de Articulação da Rede de
167 Assistência Social de Franca - Projeto Todos Pelos Direitos, no dia 10 de outubro, às 10h30 na
168 Secretaria de Ação Social. O informe seguinte diz respeito a LDO/2015, que está disponível no site
169 da Prefeitura no link contas públicas. Dando sequência foram apresentados os informes sobre os
170 chamamentos públicos para a execução do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e
171 Adolescentes – modalidade casas lares e o Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres
172 Vítimas de Violência, enfatizando que os editais completos foram encaminhados com os
173 documentos da pauta. O item seguinte referiu-se ao folder da Semana da Pessoa Idosa e
174 cronograma das atividades. Como último informe foi apresentado o informativo em comemoração
175 ao Dia de Luta da Pessoa com Deficiência, comemorado no dia 21 de setembro. Passando aos
176 informes do conselheiro José Fernando, este lembrou que as contribuições para o PMAS deverão
177 ser encaminhadas para seu email até esta data e ele irá formatar e encaminhar para a SEDAS. Em
178 seguida informou sobre seu desligamento do CMAS para o próximo ano, uma vez que irá fazer
179 pós-doutorado durante onze meses na Argentina. Márcio agradeceu as importantes contribuições
180 trazidas pelo conselheiro ao CMAS e salientou que após o seu desligamento deverá ser seguido o
181 processo formal que é o encaminhamento de um ofício ao Diretor do Campus solicitando indicação
182 de representante e em seguida o indicado juntamente com a atual suplente serão convidados para a
183 definição da titularidade no CMAS. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e a ata foi
184 lavrada pela Secretaria Executiva do CMAS.